

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: KER 00247

Data: 01.05.79

Pg.: _____

Índios cercam reserva e jagunços ameaçam matá-los ESP
15.79

Do correspondente em LONDRINA

Para evitar um conflito armado entre índios e jagunços contratados por pessoas que ocupam ilegalmente a reserva de Barão de Antonina, a delegacia regional da Funai em Bauru pediu ao batalhão de Polícia Militar de Jacarezinho, no Paraná, que envie soldados para o local. Os índios, empunhando arcos, flechas e facas, procuram retirar os brancos da área; mas estes, armados de revólveres e rifles, ameaçam matá-los caso insistam em retomar a reserva.

No entanto, apesar da iminência do conflito, o batalhão, de Jacarezinho até ontem à tarde não tinha tomado nenhuma providência. De acordo com a Funai, todo o problema vem sendo causado pelo médico Salvador Santaella. Há dias, ele contratou 12 capangas para defender as terras que ocupa ilegalmente depois que 300 índios kaingang resolveu recuperar a reserva, praticamente tomada por 216 famílias de posseiros.

O fato já foi denunciado à Justiça há anos, mas como nenhuma solução foi tomada até agora, os índios resolveram expulsar sozinhos os ocupantes das terras. Cercaram as estradas de acesso à reserva com enormes galhos de árvores e estão impedindo a aproximação de qualquer pessoa.

DOAÇÃO

A reserva tinha inicialmente 14 mil alqueires e foi doada aos índios em 1859 pelo barão de Antonina. Em 1920, o governo do Paraná tirou dela dois mil alqueires, para a criação do município de São Jerônimo da Serra, e em 1950 o governador Moisés Lupion fez um acordo com o Ministério da Agricultura e o então Serviço de Proteção ao Índio — SPI — para negociar as terras indígenas. O acordo estabelecia que o governo paranaense reservaria dois mil alqueires aos kaingangs, loteando os outros 10 mil.

Mesmo assim, metade do que restou aos índios acabou sendo ocupada por grileiros que contrataram famílias de posseiros para manter as posses e cultivá-las. Entre os grileiros, destacam-se Salvador Santaella, com 726 hectares; João Batista Bueno, 4 hectares; Jaime Pinheiro de Mello, 170 hectares; Celso Peruso, 290 hectares, e Francisco Leme Gonçalves, com 196 hectares. Relatórios do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — mostram que estas pessoas vêm “ameaçando e amedrontando os índios há vários anos, utilizando-se, para isso, dos serviços de jagunços”.

Até o início do ano passado, o médico Salvador Santaella mantinha na região um jagunço conhecido por Zezão. Ele criava um clima de intranquilidade na área e acabou morto por dois arrendatários — Jaime e Aésio Rodrigues — que não concordaram em pagar as altas taxas exigidas por Santaella e que eram cobradas pelo jagunço. Os arrendatários pagavam 25 por cento do que colhiam ao médico, mas em 1977 este resolveu aumentar a taxa para 30 por cento, um reajuste que os posseiros se recusaram a pagar. Quando Zezão foi expulsá-los, acabou sendo morto a tiros.